

NARRATIVAS E LEITURAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Alamir Muncio Compagnoni

A participação no seminário "Investigar em Ensino de História" com a professora doutora Isabel Barca (Universidade do Minho Portugal) promovido pela UFPR em 10-09-2003 à 25-10 2003 em Curitiba, propunha que os participantes desenvolveriam um trabalho de pesquisa junto a seus alunos, unindo teoria a prática de sala de aula. Esse trabalho deveria ser aplicado em sala de aula, o qual deveria partir de um tema onde se exploraria os conceitos tácitos dos alunos. Definido o tema " Cidadania" passou-se então a organização do recorte que seria dado na temática.

Foram elaboradas questões aos alunos para investigar os conceitos tácitos que estes tinham a respeito do tema. Foi então que surgiram várias questões como investigar dos alunos qual seu conceito de cidadania no espaço escolar, porem conclui-se que seria mais viável que se fizessem questões abrangentes e não direcionadas. Elaborou-se as seguintes questões para aplicar aos alunos.

1. Você é cidadão? Por quê?
2. Desenhe e escreva um ato de cidadania.

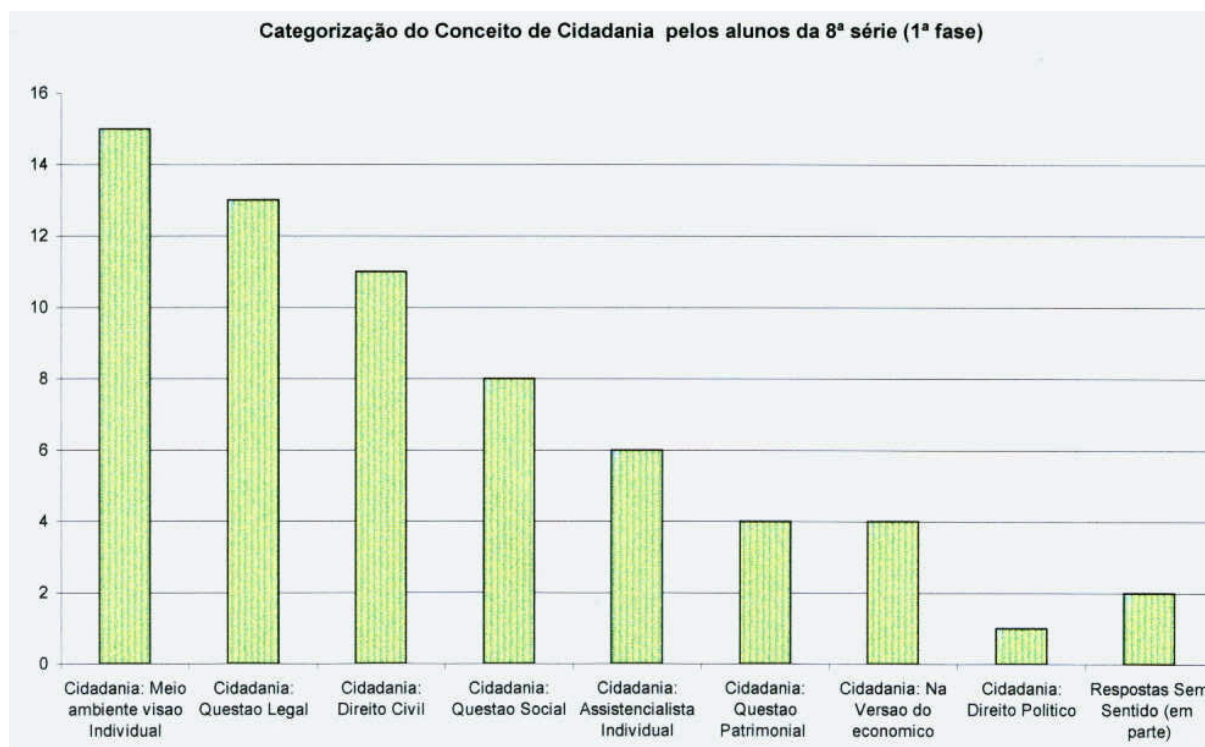
A partir disso, passou-se a discutir que recorte poderia ser dado para o desenrolar das próximas aulas.

Esta experiência foi realizada numa turma de 8ª série do professor Alamir M. Compagnoni, da Escola Municipal João Sperandio, situada em Araucária, no Estado do Paraná. A População-alvo se caracteriza por residir em uma região que pode ser chamada de transição entre a zona urbana e rural. Assim, muitos deles ainda possuem valores relacionados ao modo de viver nas comunidades menores, onde todos se conhecem e apresentam práticas de companheirismo, solidariedade e respeito.

A profissão do professor é reconhecida pelos membros da mesma. A turma é composta de alunos de 13 a 18 anos e têm acesso à mídia, principalmente televisão, embora tenha pouquíssimo acesso à internet. Uma parte significativa é descendente de imigrantes ucranianos e poloneses. Todos os trabalhos dos alunos desta turma foram sendo

lidos e, a pedido da professora Isabel, foram sendo categorizados. O grupo foi organizando as respostas dos alunos de acordo com a conotação dada para o sentido de Cidadania, tanto da resposta à primeira questão (Você é cidadão? Por quê?), quanto da segunda (Desenhe e escreva um ato de cidadania) sendo que, se haviam vários sentidos diferentes de um mesmo aluno, estes eram contados mais de uma vez. Ficou também decidido que todos deveriam ler o texto "Investigação Qualitativa em Educação" 2 com ênfase na análise de dados, p. 220 a 239.

No próximo encontro (12/09) o grupo terminou o trabalho de categorização das respostas dos alunos que foram representados no gráfico a seguir.



Próximo passo seria como encaminhar a intervenção pedagógica no sentido de ampliar o conceito de cidadania dos alunos.

Diante das respostas dos alunos ficou claro, a necessidade de interferir de modo a ampliar o aspecto de direito civil. Sendo assim se definiu pelos seguintes documentos: Ato Institucional nº 5 (1968), onde se proíbe, entre outras coisas, a liberdade de expressão e para se contrapor a isto, uma charge de Ziraldo sobre a mesma temática, e ainda, a música "Apesar de você", de Chico Buarque de Holanda (1970). Desta forma, tem-se um

documento oficial, cerceando a liberdade de expressão e de outros dois documentos transgressores. Incluindo aí também a constituição de 1988, especialmente o artigo 5 do Direito Civil, onde se prevê a liberdade de expressão a todos os cidadãos brasileiros. A opção por trabalhar com fontes e documentos díspares nos remete ao trabalho desenvolvido em Portugal pela professora doutora Isabel Barca, que nos serviu de referência "aprender a pensar em história : um estudo com alunos do 6ª ano de escolaridade" (Barca 2000).

No dia 17/09/03 ocorreu a aula proposta no "Seminário: Investigar em Ensino de História" com os alunos da 8ª série da Escola Municipal João Sperandio, ministrada pelo professor Alamir e tendo como observadoras as professoras Aurora, Elenice, Lindamir e Catharina. A aula teve início às 15:30 horas e término às 17:00 horas. A sala estava preparada com retroprojektor, tela, aparelho de som e filmadora que foi utilizada pela professora Lindamir. O professor iniciou seu trabalho apresentando aos alunos os professores observadores e os motivos que levaram a essa prática em sala de aula. Explicou que a primeira fase do trabalho ocorreu quando os mesmos responderam uma questão e desenharam a outra sobre a cidadania. Com o material que foi respondido pelos alunos, o grupo organizou as respostas em categorias e utilizando uma transparência com o gráfico obtido procurou mostrar em que categorias suas respostas se enquadravam. Alguns alunos participaram e ajudaram a relembrar o que fizeram. Outros pediram mais explicações sobre os gráficos e houve um interesse especial em torno das duas respostas que não tinham sentido. Explicitou ainda que foi decidida a necessidade de ampliar a dimensão política da cidadania.

Após os esclarecimentos sobre o gráfico, o professor Alamir iniciou a segunda fase da aula fazendo uma contextualização, utilizando as transparências preparadas, abordou o tema "Aspectos da Construção da Cidadania no Brasil: 1824 a 1988". Inicialmente o professor direcionou o conteúdo da Constituição de 1824, destacando os artigos 5º e 6º, que regulamentavam a vida dos brasileiros até 1891. Destacou a interferência religiosa e sua ligação com o cidadão brasileiro. E questionou: "Essa Constituição inclui a todos ou exclui alguém?" Os alunos manifestaram-se citando os excluídos: pobres, estrangeiros, escravos,

mulheres, pessoas de outras religiões. Seguiu-se com a transparência de uma imagem do Pelourinho com um escravo sendo açoitado e o povo assistindo. Várias questões foram levantadas pelo professor, por exemplo, "que atitudes eu teria se eu estivesse lá?" Após algumas opiniões de alunos o professor ressaltou a resistência por parte de movimentos revolucionários como os Quilombos, a Cabanagem e outros. Em seguida, foi utilizada outra transparência com imagem de indígenas, que também não eram cidadãos, segundo a lei. O professor também lembrou a assinatura da Lei Áurea, mas apesar da sua importância, ela não trouxe mecanismos para a inclusão mais efetiva do ex-escravo na sociedade. Ela não previa, por exemplo, que um escravo liberto tivesse direito a uma determinada quantidade de terra.

Utilizando nova transparência sobre a Constituição de 1891, o professor explica que esta regeu a vida dos brasileiros até 1934. Foi destacado o direito de voto, porém alguém ainda não conquistou o direito de participação. Novamente os alunos apontaram os excluídos: militares, analfabetos e mulheres. Estas possuíam a condição de dona de casa. Foi utilizada uma imagem de mulheres costurando e foi apontado mais um movimento de resistência: a Greve de 1917, incluindo a participação das mulheres. O professor segue contextualizando que em 1930 Getúlio Vargas assume o poder. Era um populista e um ditador. Após a Revolta Constitucionalista de 1932 em S. Paulo ele elabora uma nova constituição: A Constituição de 1934.

Então nova transparência é utilizada, abordando a Constituição de 1934. É dado destaque ao artigo 108 que descreve os eleitores e seus direitos. Os alunos participam novamente citando os excluídos: analfabetos; mendigos e alguns militares. E dão ênfase à participação das mulheres que conquistaram o direito do voto. Nesse momento houve um problema com a filmadora, que não pode mais ser utilizada. Ficou claro que os alunos sentiram-se mais descontraídos a partir desse fato. O professor Almir continuou explicando e mostrou mais uma transparência que era uma charge sobre o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) para explicar sobre o golpe de 1937, quando ocorreu a eliminação dos direitos políticos.). Os alunos levantaram a seguinte questão: "Getúlio

acabou com direitos que a população lutou para conquistar, então ele era esperto e sabia tudo?" Após um debate sobre a questão uma outra transparência é utilizada.

Essa transparência foi sobre a Constituição de 1946 e destacou o artigo 131 que diz sobre quem eram os cidadãos da época, pois ela ocorreu após o término da 2ª Guerra Mundial. Mais uma vez os alunos destacaram os excluídos: analfabetos, os imigrantes. Houve um questionamento, nesse momento, perguntando quem era descendente de imigrantes e alguns se manifestaram dizendo que seus bisavós ou avós eram imigrantes poloneses e ucranianos.

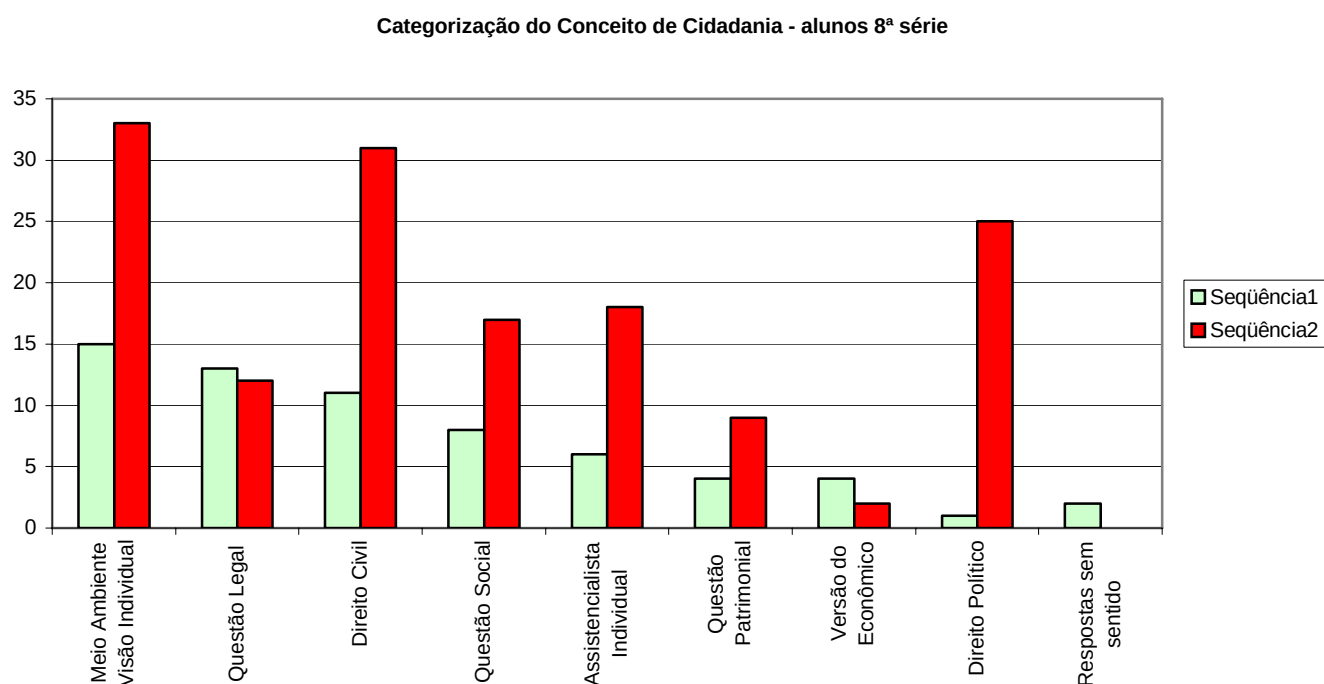
Em seguida o professor explicou sobre o Golpe Militar de 1964, destacando alguns acontecimentos políticos da época. A opressão política é grande, mas há movimentos de resistência. Há confrontos entre militares e jovens. Alguns são mortos e outros desaparecem. Muitas pessoas são exiladas.

Nesse momento foram distribuídos quatro documentos para os alunos: três, sobre o período da Ditadura Militar e um, com um fragmento do artigo 5º da Constituição de 1988. O documento 1 traz uma parte do Ato Institucional nº 5. O professor explicou que essa lei imposta pelos militares era uma forma de expressar e legitimar a força desse poder militar. Houve outros Atos Institucionais impostos pelos militares, mas o número cinco foi o mais ditatorial. Depois os alunos e professor discutiram o documento número 2, que é uma charge do Ziraldo representando o poder militar. O documento número 3 é a música "Apesar de Você" que foi ouvida e discutida por todos, deixando-se claro o envolvimento dos intelectuais no movimento de resistência à opressão política. Ressaltou-se também, que estes utilizavam metáforas para denunciar os atos abusivos praticados pelo Regime Militar e cultivavam a esperança de que um dia ele acabaria. A professora Lindamir ressaltou que o compositor fazia uma crítica indireta, utilizando metáforas. E explicou que a expressão "pra ver o jardim florescer", por exemplo, se refere à esperança da volta da democracia. E os alunos perguntaram e comentavam: "Eram os generais quem mandavam? E que um dia o general ia parar de mandar? É triste não poder se manifestar!" O professor retomou o conteúdo mencionando que, após muita luta, violência e passeatas o Brasil retorna à

democracia e produz-se a Constituição de 1988. E explicou que o documento número 4 foi uma parte do artigo 5º dessa Constituição. Foi pedido que os alunos comparassem rapidamente qual a diferença entre este último documento e os outros. Eles interviam dizendo que estava claro que atualmente todos têm o direito de argumentar e de se expressar livremente, ao contrário dos outros. Após outros breves esclarecimentos, os alunos receberam o instrumento e iniciaram a atividade com bastante interesse. Como não houve tempo para terminar, o professor Alamir recolheu os documentos e o instrumento, que lhes foi entregue novamente no dia seguinte para a finalização da atividade.

No dia 18/09/03, o grupo voltou a reunir-se no Seminário, onde apresentou à professora Isabel Barca o trabalho que foi desenvolvido com os alunos. Segundo a professora Isabel, para que fosse possível analisar a ampliação do conceito de cidadania pelos alunos seria necessário que fosse aplicado o mesmo instrumento de investigação dos conceitos tácitos aplicado na primeira aula e que o instrumento utilizado como avaliação final (Anexo 8), serviria para outra pesquisa. Mas infelizmente não havia tempo para essa outra pesquisa. Portanto definiu-se que o professor Alamir, ao retomar a aula com a turma, aplicaria novamente as questões aplicadas na primeira aula, para que o grupo pudesse analisar posteriormente.

Em 24/09/03, o grupo com os professores Alamir, Evaristo, Lindamir, Aurora, Andréa, Matilde, Catharina e Elenice se reuniu novamente na UFPR sob a orientação da professora Isabel Barca, com a colaboração da professora Maria Auxiliadora para analisar os trabalhos dos alunos após a aula do dia 17/09/03 e posterior aplicação do instrumento da primeira aula, pelo professor Alamir. O instrumento produzido pelos alunos, depois da intervenção, foi lido e organizado nas mesmas categorias utilizadas na primeira fase e está representada no gráfico a seguir.



O grupo de professores fez as seguintes considerações finais sobre a mudança conceitual dos alunos:

A visão em relação ao coletivo foi ampliada, pois uma grande parte dos alunos perceberam a importância de ações coletivas e não apenas individuais, embora alguns tenham continuado com a mesma visão individualista após a intervenção;

Houve uma ampliação em relação à expressão dos alunos pelo desenho, que se expressaram, de uma maneira geral, com mais recursos em relação à primeira fase, como pode ser observado no desenho a seguir. Este fator é creditado ao uso de várias linguagens na intervenção (charge, música, imagens variadas, documentos).



Na segunda fase os alunos escreveram sobre o direito de expressão, a possibilidade de falar, criticar e até avaliar as administrações.

E ainda um outro fator que é a preocupação com a cidade, com a preservação do patrimônio, onde não se registrou mudança conceitual. Isso pode ser explicado pela intervenção não ter sido planejada nesse sentido.

Quanto à questão pontual da intervenção sobre o direito político verificou-se uma grande ampliação.

E um último comentário do professor Evaristo: a intervenção poderá ser continuada a partir das categorias que não foram ampliadas, como por exemplo, a cidadania na versão do econômico e na questão patrimonial. E ainda, a conclusão de que o professor também é atingido pela necessidade de rever seus conteúdos e sua metodologia.

Após a realização da avaliação a equipe discutiu a melhor forma de apresentar o trabalho para os outros grupos. Foram selecionados alguns trabalhos escritos com o objetivo de comparar o antes e o depois, demonstrando a ampliação do conhecimento. Foram escolhidos também alguns desenhos para fazer transparências, pois os alunos demonstraram uma preocupação em expor seus pensamentos dessa forma. A apresentação final foi realizada no dia 25/09/03.

ALAMIR MUNCIO COMPAGNONI

Notas

1 BARCA, Isabel. Aprender a pensar em História: um estudo com alunos do 6º ano de escolaridade. In: Revista Portuguesa de Educação, 2001, 14(1), p. 239-260.

2 BOGDAN Robert e BIKLEN, Sari. Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994, p. 220-240.

3 FOSNOT, Catherine Twormey. Construtivismo e educação. Teoria, perspectivas e práticas. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

4 SANTOS, Maria Eduarda. Mudança Conceptual na sala de aula. Um desafio pedagógico epistemologicamente fundamentado. Lisboa: Livros horizonte, 1998.

5 BARCA, Isabel. O pensamento histórico dos jovens: idéias dos adolescentes acerca da provisoriedade da explicação histórica. Braga (PT): Universidade do Minho, 2000.